



**GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA
UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
3º CONGRESSO UNIVERSITÁRIO DA UNEMAT**



Célia Regina Araújo Soares Lopes
Getúlio de Freitas Seben Júnior
José Carlos Antunes de Oliveira
Karen Ribeiro da Cruz
Muriel da Silva Folli Pereira
Nilmária Natália Veras
Ricardo da Silva Ribeiro
Rosemeire Coelho Barbosa de Souza
Viviane Fraga Gouveia Rossi

**UNEMAT NO SÉCULO XXI: INOVAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO DAS POLÍTICAS
DE GESTÃO PARA MELHORIA DO ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO.**

Pré-tese apresentada à Comunidade Acadêmica para apreciação, discussão, validação e posterior encaminhamento às demais etapas do 3º. Congresso.

ALTA FLORESTA-MT, 2017

TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros aqui relacionados são autores dessa pré-tese e têm ciência de seu conteúdo e autorizam seu encaminhamento e publicação conforme previsto no Regimento do 3º Congresso Universitário da UNEMAT.

CELIA REGINA ARAUJO SOARES LOPES

GETULIO DE FREITAS SEBEN JUNIOR

MURIEL DA SILVA FOLLI PEREIRA

DOCENTES

JOSÉ CARLOS ANTUNES DE OLIVEIRA

VIVIANE FRAGA GOUVEIA ROSSI

ROSEMEIRE COELHO BARBOSA DE SOUZA

PROFISSIONAIS TÉCNICOS DO ENSINO SUPERIOR

KAREN RIBEIRO DA CRUZ

NILMÁRIA NATÁLIA VERAS

RICARDO DA SILVA RIBEIRO

DISCENTES

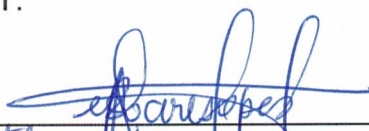
COLABORADORES

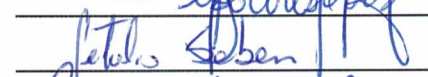
ANDERSON PAULO ROSSI

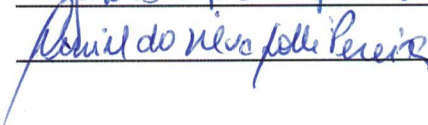
ANDERSON ALEX SANDRO DE ALMEIDA


CRISTIANO BENSONE


DIEGO CARDOSO BERARDINELLI MONTEIRO




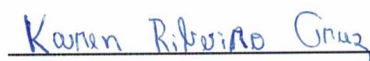








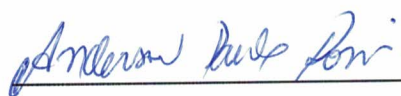


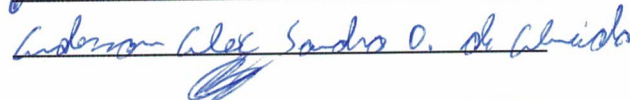


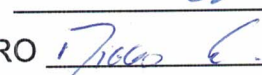















EIXOS TEMÁTICOS QUE FAZEM PARTE DESSA PRÉ-TESE

- (X) Eixo 1 - Graduação
- (X) Eixo 2 – Pós-graduação
- (X) Eixo 3 - Pesquisa
- (X) Eixo 4 – Extensão e Cultura
- (X) Eixo 5 - Gestão
- (X) Eixo 6 – Política Estudantil
- (X) Eixo 7 – Política de Financiamento

Karen Ribino Cruz


 3

RESUMO

Essa pré-tese contempla todos os eixos temáticos, para sua elaboração foram realizadas reuniões para discussão, amadurecimento de ideias e construção das propostas. A construção das propostas prezou sempre por melhorias e inovações para a Universidade e conseqüentemente para a qualidade do Ensino ofertado. E por entendermos que o Congresso Universitário é o momento para colocar em prática, mudanças nas macro políticas da Universidade, unimos nossos anseios e os transformamos em propostas.

Karim Ribeiro Cruz



1. INTRODUÇÃO

Esta proposta visa sugerir melhorias na qualidade da Educação Superior ofertada pela Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT), fundada em 1978 e que atua na graduação e na pós-graduação. A instituição esta presente em 117 dos 141 municípios do Estado de Mato Grosso (Relatório Gestão da UNEMAT 2002-2010). Com sua Sede Administrativa em Cáceres (Reitoria, Pró-Reitorias, Diretorias, Supervisões e Coordenadorias Administrativas), possui 13 *campi* nas cidades de: Alto Araguaia, Alta Floresta, Barra do Bugres, Cáceres, Colíder, Diamantino, Juara, Luciara, Nova Mutum, Nova Xavantina, Pontes e Lacerda, Sinop e Tangará da Serra, além de diversos núcleos pedagógicos que ofertam cursos de diversas modalidades e fora de sede.

Segundo o estatuto, a UNEMAT é uma Instituição de Educação Superior de abrangência estadual, pessoa jurídica de direito público e vinculada à administração indireta do Estado de Mato Grosso, que se autodenomina de estrutura *multicampi*. É uma instituição sem fins lucrativos, de duração indeterminada, dotada de autonomia didático-científica, disciplinar, administrativa e de gestão patrimonial e financeira, obedecendo à indissociabilidade constitucional entre o ensino, pesquisa e extensão e demais leis na qual se enquadre.

Em seu planejamento estratégico definiu-se como missão da instituição *“Oferecer educação superior pública de excelência, promovendo a produção do conhecimento por meio do ensino, pesquisa e extensão de maneira democrática e plural contribuindo com a formação de profissionais competentes, éticos e comprometidos com a sustentabilidade e com a consolidação de uma sociedade mais humana e democrática”* (Relatório Final PEP/UNEMAT 2015-2015).

Baseados nesses documentos que regem a organização e o planejamento da instituição, elaborou-se propostas que visam a criação, transformação e a inovação das macro políticas da Universidade, sempre focadas em atingir a excelência.

Katzen Ribzino Cruz



2. OBJETIVOS

2.1 OBJETIVO GERAL

Propor processos inovadores a fim de contribuir para o aperfeiçoamento dos serviços prestados pela Universidade do Estado de Mato Grosso, favorecendo, desta forma, a melhoria da qualidade de Ensino até que se atinja a excelência.

2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

2.2.1 Apresentar propostas que visem à melhoria e a qualidade do ensino superior público;

2.2.2 Apresentar as propostas no seminário local para a apreciação de todos e consolidação no Seminário Regional;

2.2.3 Após consolidação de todas as ações e reformulações, apresentação, discussão e aprovação na Plenária Final;

2.2.4 Após aprovação fiscalizar e garantir que todas as propostas aprovadas sejam implantadas com eficiência e eficácia.

3. METODOLOGIA DE CONSTRUÇÃO DA PRÉ-TESE

A pré-tese foi elaborada com a participação dos três segmentos (docentes, discentes e PTES) em atendimento a resolução 015/2016 do CONSUNI.

A pré-tese teve como metodologia de construção primeiramente a reunião geral da Comissão Local do Congresso Universitário com todos os segmentos. Nesta reunião foram apresentados os documentos que regem o Congresso universitário, bem como foi apresentado teoricamente o que é, e qual a função deste Órgão na universidade.

Em seguida foram realizadas algumas reuniões, onde cada pessoa apresentou sua ideia ou proposição.

A categoria dos Profissionais Técnicos do Ensino Superior se reuniu diversas vezes, analisaram as teses apresentadas no 2º Congresso Universitário, o Planejamento Estratégico Participativo, e o Estatuto. A partir da análise documental e experiência diárias no âmbito da instituição começaram a elaborar suas propostas para apresentação aos demais; o grupo ainda se reuniu com representantes do Diretório Central dos Estudantes e ouviu seus principais anseios.

Os docentes engajados dentro de seus cursos, uniram-se a docentes de outros cursos, e visando melhorias começaram a dialogar entre si e algumas reuniões foram realizadas no intuito de alinhar as ideias. O grupo ainda se reuniu com alguns acadêmicos e bolsistas do Campus a fim de ouvi-los sobre seus anseios e perspectivas de futuro para a instituição.

Konin Ribeiro Cruz

 6

Alguns acadêmicos reuniram-se, buscaram conhecer o que havia sido proposto no 2º Congresso Universitário, analisaram o cotidiano da instituição, as políticas que existem e a partir da realidade vivenciada, elaboraram propostas da Universidade que eles desejam, baseadas na igualdade, oportunidade e transparência.

Além do grupo do Campus, diálogos foram realizados com outros colegas em outros Campus da instituição a fim de já alinharmos as ideias comuns na elaboração da pré-tese.

A partir desse momento, a construção passou a ser em grupo, contando sempre com a participação dos segmentos da comunidade acadêmica. Nesses momentos de construção, realizaram-se muitas discussões, avaliando se as propostas tinham garantias legais ou financeira para, se aprovadas serem implementadas.

Criou-se então um documento editável, com o modelo de pré-tese, que foi sendo construído junto, e com a contribuição de todos na fundamentação das ideias.

Essa metodologia teve bom resultado, pois foram muitas contribuições na elaboração da pré-tese.

4. JUSTIFICATIVA

Como o Congresso Universitário é a instância que define as políticas macroestruturais da UNEMAT e é composta pela representação paritária da comunidade acadêmica e com participação também da sociedade externa. Entendemos ser de suma importância que a Universidade promova na atualidade, melhorias institucionais, sendo que a relevância teórica e prática e às razões para a implantação das ideias apresentadas e que estão separadas por eixos temáticos, sintetizam os principais aspectos abordados pelos proponentes da Pré-tese.

Salientamos que os resultados das discussões que serão analisadas e confrontados com as demais propostas darão corpo, forma e amadurecimento para todas as demais proposituras, ou seja, estamos abertos às discussões e não pretendemos aqui engessar ou eternizar alguma ideia que possa ser melhorada coletivamente.

Ronon Ribeiro Cruz

5. CONCLUSÕES/PROPOSIÇÕES

Eixo	Proposição	Objetivos	Meta	Estratégia
<h1>1. GRADUAÇÃO</h1>	<p>1.1. Normatização das matrizes curriculares em relação a distribuição de carga horária durante o curso</p>	<p>Evitar o excesso de disciplinas em determinados períodos, e caso esse seja no início de curso, implica em desmotivação causando altas taxas de reprovação</p>	<p>Realização dessa adequação o mais breve possível (próximo semestre)</p>	<p>Adequando as matrizes curriculares, para realizar essa normatização. Estudos a ser realizados pelos NDEs dos cursos.</p>
	<p>1.2. Flexibilização das matrizes curriculares dentro do Curso</p>	<p>Proporcionar ao acadêmico a escolha de disciplinas na área específica em que deseja, fazendo disciplinas da área em qualquer curso.</p>	<p>Realização dessa adequação o mais breve possível</p>	<p>Regulamentação e aprovação pelos conselhos</p>
	<p>1.3. Formação do estudante universitário tendo como base um currículo cultural que permita ao estudante obter uma ampla formação geral sobre a qual possa embasar a formação da área específica.</p>	<p>Assegurar que todos os estudantes, independentemente de seu campo de concentração, adquiram conhecimentos, habilidades e hábitos de pensamento para uma apreciação crítica dos modos de conhecimento existentes, de como os conhecimentos são criados, como são usados e o que o conhecimento pode significar para o indivíduo pessoalmente.</p>	<p>O processo de discussão e elaboração deve iniciar-se logo após aprovação e homologação nos conselhos. Estabelecendo um prazo de implantação de até 5 anos.</p>	<p>A universidade deve empreender a reestruturação curricular por meio de um processo democrático de discussão entre os quatro principais grupos que a compõem: professores, alunos, ex-alunos e PTEs.</p>
	<p>1.4. Os currículos devem ser atender a carga horária mínima estabelecida nas Diretrizes Curriculares</p>	<p>1 - Todos os Cursos presenciais deverão ofertar os 20% permitidos por lei, a distância, em plataforma tecnológica;</p>	<p>Implantação em até 2 anos</p>	<p>Regulamentação e aprovação pelos conselhos</p>
	<p>1.5. Fixar a taxa de vestibular com um valor máximo de 5% do valor do salário mínimo vigente para os candidatos em geral, estipulando a gratuidade aos alunos que fizeram</p>	<p>Visando permitir uma maior participação no vestibular por parte dos concluintes do ensino médio.</p>	<p>Aplicação para o próximo vestibular.</p>	<p>Alterando as normas que tratam das políticas do vestibular.</p>

<p>100% do ensino médio em escola pública e bolsistas de 100% em escolas particulares. (Além dos casos já previstos na legislação)</p>			
<p>1.6. Oferecer estruturas de apoio para alunos, principalmente para os recém - ingressantes.</p> <p>1.7. Implantação e regulamentação de alojamento estudantil</p> <p>1.8. Criação de um setor para atendimento ao acadêmico (no sentido de comunicação, social, apoio, informações)</p>	<p>Quanto maiores forem as expectativas (educacionais e de carreira) e quanto mais satisfatória for sua integração social e acadêmica, suas chances de evasão diminuem</p>	<p>Implantação dessa política em um prazo máximo de 2 anos</p>	<p>Aprovação das alterações necessárias na legislação para implantação das políticas.</p>
<p>1.9. Planejamento de curto, médio e longo prazo para criação e/ou remanejamento de cursos em todos os câmpus</p>	<p>Padronizar os procedimentos para levantamento de demanda, abertura ou remanejamento de cursos.</p>	<p>Realizar estudos de demandas através de comissão local formada por representante dos 3 segmentos e se possível com representação também da comunidade local.</p>	<p>A metodologia desse estudo de demanda deverá ser definida através de Conepe e, deverá ser aplicada da mesma forma em todos os câmpus e cidades que se enquadrarem nessa dificuldade de baixa demanda</p>
<p>1.10. A UNEMAT oferecerá cursos de Licenciatura, bacharelado e Tecnólogos superiores, poderá ofertar novos Curso de Graduação nas modalidades Presencial, Parceladas, Fora de sede, Indígena e a Distância com critérios a serem estabelecidos</p>	<p>Os critérios deverão ser estabelecidos após ampla discussão nas bases e no CONEPE</p>	<p>Início imediato de estudos para implementação dessas políticas.</p>	<p>Criação de uma comissão específica para elaborar essas políticas.</p>
<p>1.11. Criação do Auxílio TCC - Trabalho de Conclusão de Curso</p>	<p>Apoiar o acadêmico na aquisição de materiais de consumo, deslocamento e diárias para desenvolvimento do estudo.</p>	<p>Início imediato de estudos para implantação dessa política no prazo máximo de 1 ano.</p>	<p>Criação da política dentro da PROEG ou PRAE</p>
<p>1.12. Criação de Editais para subsidiar os Estágios</p>	<p>Ajudar financeiramente os acadêmicos que precisam realizar os estágios obrigatórios em outros locais</p>	<p>Início imediato de estudos para implantação dessa política no prazo máximo de 2 anos.</p>	<p>Criação da política dentro da PROEG</p>
<p>1.13. Inserir na Normatização Acadêmica a justificativa de falta</p>	<p>Possibilitar ao acadêmico fazer seus estágios durante o período</p>	<p>Implantação imediata</p>	<p>Criação da política dentro da PROEG</p>

	ativo	letivo					
<p>para acadêmicos que desenvolvem seus estágios obrigatórios fora do Campus de origem.</p> <p>1.14. Criar cursos de formação continuada permanentes para docentes</p> <p>1.15. Criar Programa de Estágios</p> <p>1.16. Criar auxílio alimentação para aulas de campo</p> <p>1.17. Ofertar aulas de campo integradas multidisciplinar nos cursos, por semestre</p>	<p>Contribuir para a melhoria da didática dos docentes</p> <p>Desburocratizar a concessão de estágio de alunos de outras IES e egressos na UNEMAT.</p> <p>Ofertar diárias para alimentação para a comunidade acadêmica durante a atividades de aulas de campo, de um dia ou mais.</p> <p>Promover a formação multidisciplinar nos cursos e otimização de recursos financeiros e humanos</p>	<p>Fortalecimento dos programas de pós-graduação</p> <p>1 - Flexibilização do credenciamento de professores que atuam em mais de um programa e descredenciamento automático dos que não atingem as metas estabelecidas pela CAPES;</p> <p>2 - Manutenção de nível mínimo de publicações, correspondente ao nível de publicações para o credenciamento, ou mais, em caso de elevação do conceito do curso;</p> <p>Esse formato traria para a Universidade nos períodos de férias acadêmicas, outra clientela, sendo profissionais da área da educação e administrativa, que buscam formação continuada e que o único tempo disponível são esses</p>	<p>Implantação imediata</p> <p>Implementação imediata</p> <p>Implementação imediata</p> <p>Implantação no próximo ano-calendário acadêmico, após análises e adesão do cada curso a proposta</p> <p>Implantação a partir de 2018, após estudos de viabilidade, regulamentação e aprovação nos conselhos</p>	<p>Criação da política dentro da PROEG</p> <p>Criação da política dentro da PROEG</p> <p>Criação da política dentro da PROEG</p> <p>Criação da política dentro da PROEG, de acordo com as demandas dos cursos</p> <p>Reestruturar a FAESPE para administrar financeiramente a execução de cursos de pós-graduação lato sensu e projetos.</p>	<p>Aprovação das alterações necessárias na legislação para implantação das políticas.</p>	<p>Regulamentação e aprovação pelos conselhos</p>	<p>2. PÓS-GRADUAÇÃO</p>
<p>2.1. Oferta de Pós-graduação lato sensu pagas.</p> <p>2.2. Incentivo de credenciamento de novos professores nas pós-graduações</p> <p>2.3. Oferta de Pós-graduação stricto sensu – mestrado no formato 3T (modular no período de férias) nas áreas de gestão, administração e educação</p>	<p>Implantação dessa política em um prazo máximo de 2 anos</p>	<p>Implantação em até 2 anos, após estudos de viabilidade tanto quanto a legalidade e qualidade</p>	<p>Reestruturar a FAESPE para administrar financeiramente a execução de cursos de pós-graduação lato sensu e projetos.</p>	<p>Aprovação das alterações necessárias na legislação para implantação das políticas.</p>	<p>Regulamentação e aprovação pelos conselhos</p>	<p>2. PÓS-GRADUAÇÃO</p>	

3. PESQUISA		períodos de férias acadêmicas e escolares			
2.4. Fortalecimento de programas de pós-graduação lato sensu com criação de vários cursos, tanto para os profissionais da universidade como para a comunidade em geral.	Nos cursos relacionados com a área pública, implementar políticas de reserva de vagas para servidores públicos tanto da esfera municipal, estadual e federal	Implantação em até 2 anos, após estudos de viabilidade tanto quanto a legalidade e qualidade	Regulamentação e aprovação pelos conselhos		
3.1. Possibilidade de dez horas semanais para dedicação a projetos de Ensino, pesquisa e extensão aos PTES.	Para incentivar a participação de PTES efetivamente nos projetos.	Flexibilizando a carga horária dos PTES de forma que ele cumpra as 40h semanais, porém com a possibilidade de utilizar 10h desta carga, em atividades relacionadas a projetos de ensino, pesquisa e extensão.	Alterando a legislação que trata do assunto.		
3.2. Custear a instalação e manutenção de equipamentos de pesquisa e coleções científicas	Implementar a contrapartida da universidade com reserva orçamentária para tais ações	Implantar após estudos de viabilidade financeira, em cada câmpus que desenvolve projetos e programas de pesquisas	Regulamentação e aprovação pelos conselhos		
3.3. Criar políticas para fomentar os projetos e programas de pesquisas	Fomentar o fortalecimento da Pesquisa na Instituição	Implantação em até 2 anos	Regulamentação e aprovação pelos conselhos		
3.4. Discussão sobre a importância dos grupos de pesquisa nos Câmpus de áreas afins	Com o intuito de aglutinar os grupos com linhas de pesquisas iguais ou semelhantes	Implantação em até 2 anos	Regulamentação e aprovação pelos conselhos		
3.5. Criação de normas para parcerias público/privada no âmbito das Fundações, tanto para pesquisas, como para bolsas de IC, extensão, ensino e pós-graduação.	Fortalecimento da Pesquisa na Instituição	Implantação em até 2 anos	Regulamentação e aprovação pelos conselhos		
3.6. Criação de normas para Incentivo de participação de PTES nos programas de pós-graduação da UNEMAT	Fortalecimento da Pesquisa na Instituição	Implantação em até 2 anos	Regulamentação e aprovação pelos conselhos		

Karim Roberto Cruz

4. EXTENSÃO E CULTURA	
<p>3.7. Criação de Auxílio Campo</p>	<p>Proporcionar ao acadêmico o acesso a recursos materiais visando apoiar as atividades do TCC.</p>
<p>4.1. Implementar projetos de extensão na universidade em todos os Câmpus para a Criação de espaços de convivência</p>	<p>Fortalecimento das atividades de extensão e cultura</p>
<p>4.2. Apoiar e incentivar a valorização e a difusão das manifestações culturais das comunidades, com ações de extensão, pesquisa e inovação</p>	<p>Pensando os câmpus como centros irradiadores de produção artística e cultural, com a realização de mostras, seminários e festivais, parceria direta de artistas e grupos artísticos das regiões</p>
<p>4.3. Realização da Olimpíada Universitária a cada 2 anos</p>	<p>Fortalecimento das atividades de extensão, cultura e prática esportiva na Universidade.</p>
<p>4.4. Fomentar e implementar projetos de extensão em todos os Câmpus com programas de atividades físicas e culturais como: (saraus, concurso de poesias, apresentações culturais, exposições, palestras motivacionais, ginástica laboral, esportes etc.)</p>	<p>Fortalecer projetos de extensão.</p>
<p>Criação da política dentro da PROEG ou PRAE</p>	<p>Início imediato de estudos para implantação dessa política no prazo máximo de 1 ano.</p>
<p>Regulamentação e aprovação pelos conselhos</p>	<p>Implantação em até 2 anos, após estudos de viabilidade, regulamentação e aprovação pelos conselhos</p>
<p>Regulamentação e aprovação pelos conselhos</p>	<p>Regulamentação e aprovação pelos conselhos</p>
<p>Implementação em até 2 anos</p>	<p>Elaborando um plano estruturado, consistente e alinhado com os Planos Nacionais de Educação e de Cultura, com ações que já são desenvolvidas e ações inovadoras</p>
<p>Implementação em até 2 anos</p>	<p>Implementação já para o próximo ano de 2018</p>
<p>Implementação em até 2 anos</p>	<p>Estes projetos e ou programas devem envolver os três segmentos tanto na elaboração como da implantação de tais ações</p>

Kenneth Ribeiro Cruz



	Regulamentação e aprovação pelos conselhos		Políticas devem ser criadas e implementadas em até 2 anos após estudos e análise da viabilidade	
	Regulamentação e aprovação pelos conselhos	Vide Eixo Extensão e cultura, fortalecimento da extensão universitária, item c1	Políticas devem ser criadas e implementadas em até 2 anos após estudos e análise da viabilidade	
	Regulamentação e aprovação pelos conselhos	Essas ações trariam um maior envolvimento da sociedade com a universidade bem como proporciona profissionais mais qualificados para o mercado de trabalho	Implantação em até 2 anos, após estudos e análise da viabilidade	
	Criar políticas dentro da PROEG e PROEC.	Possibilitar aprimoramento de técnicas atuais de estudos nas diversas áreas de atuação da universidade, a partir da promoção de cursos de extensão com participação de profissionais da própria IES, e expertise de outras instituições parceiras.	Implantação em até 6 meses, após estudos e análise da viabilidade	
	Alteração do organograma e alteração da lei que define o quantitativo de DGA's.	Possibilitar maior isonomia para os servidores que muitas vezes desenvolvem trabalhos exatamente iguais em campus distintos e não têm os mesmos direitos, como nos casos de supervisores de recursos humanos ou financeiros por exemplo, que em alguns campus recebem DGA e em outros não.	Alterar a legislação vigente imediatamente, possibilitando o tratamento igual de todos aqueles que desenvolvem as mesmas funções em todos os campus.	
	Implantação em até 2 anos, após estudos de viabilidade, regulamentação e aprovação nos conselhos	Otimização dos recursos materiais e humanos, agilidade no encaminhamento de processos, melhoria na comunicação interna, entre outros	Essa reestruturação proporcionará melhora no atendimento, bem como facilitará o desenvolvimento das atividades administrativas, ficando o pedagógico a cargo das faculdades	
	Regulamentação e aprovação pelos conselhos	Esta reestruturação proporcionará menos burocracia e um melhor acompanhamento das atividades fins da universidade	Implantação em até 2 anos, após estudos e análise da viabilidade	

5. GESTÃO

5.4. Criação do Setor de Estágios, dentro da estrutura da Secretaria Geral de Cursos	Sendo este responsável por buscar convênios e fazer o encaminhamento e acompanhamento dos estagiários	Implantação em até 2 anos, após estudos e análise da viabilidade	Regulamentação e aprovação pelos conselhos
5.5. Mudança da Sede Administrativa para Cuiabá / Várzea Grande	Melhoria na logística, economia financeira em deslocamento de servidores, agilidade nos processos pela proximidade aos órgãos da administração do Estado.	Estudo de Viabilidade com início imediato.	Criação de comissão para análise e regulamentação e aprovação dos conselhos
5.6. Reorganizar a estrutura da Unemat acrescentando os novos campus (Diamantino e Nova Mutum).	Organizar o organograma da Instituição.	Estudo de Viabilidade com início imediato.	Criação de comissão para análise e regulamentação e aprovação dos conselhos
5.7. Composição paritária em todos os conselhos e colegiados (33% cada segmento)	Garantir a participação e o direito de decisão de todos os segmentos.	Alteração imediata das estruturas de conselhos e colegiados.	Alteração da estrutura dos conselhos superiores (Conepe e Consuni) e também dos colegiados, para garantir a paridade.
5.8. Representação de todos os campus, em cada segmento nos conselhos superiores	Garantir a participação de pelo menos 1 representante de cada segmento (docentes, PTES e discentes) de cada campus nos conselhos.	Alteração imediata das estruturas de conselhos.	Alteração da estrutura dos conselhos superiores (Conepe e Consuni), para garantir a representação de todos os segmentos de cada campus.
5.9. DPPF e DURA, sejam membros natos do CONSUNI e Diretor de Faculdade membro do CONEPE	Permitir as gestões de cada câmpus, participarem das decisões da instituição.	Alteração imediata das estruturas de conselhos.	Alteração da estrutura do Consuni
5.10. Capacitação dos servidores e padronização dos procedimentos realizados em todas as unidades	As padronizações terão que ser aplicadas e usadas e em caso de não cumprimento, os não executores serão responsabilizados pelo descumprimento	A padronização das atividades desenvolvidas em todos os câmpus deve ser organizada e implantada o mais breve possível	A capacitação deve ser implementada pelas pró-reitorias, realizando cursos e seminários de capacitação e atualização. até 1 ano após estudo e verificação da viabilidade.
5.11. Regulamentação de dedicação exclusiva somente para docentes que efetivamente estiverem desenvolvendo atividades de (gestão) ou (ensino + pesquisa ou extensão)	Evitando que alguns docentes sem nenhuma atividade de pesquisa e extensão ou exercendo cargo de gestão possuam Dedicatória Exclusiva;	Aplicação Imediata.	Que o docente volte para 20h automaticamente se não estiver participando e desenvolvendo ações em nenhum projeto de pesquisa e extensão, exceto aqueles que estão em cargo de gestão;

Possibilitar também ao professor ser Dedicção Exclusiva se este tiver 20h aula em sala, ou seja, passar de 12h (atuais) para 20h em sala de aula, ser o professor auleiro;				
Regulamentação e aprovação pelos conselhos	Implantação em até 2 anos, após estudos e análise da viabilidade	Evitar gasto excessivo na universidade quando o professor deixa a sala de aula e vai para a gestão. Pois além de se contratar outro professor no lugar deste, tem o valor do DGA a mais	5.12. Regularizar atividade meio (atividades administrativas e técnicas) e atividade fim (ensino, pesquisa e extensão) para que o professor ocupe função de gestor em cargo que tecnicamente e legalmente não há a possibilidade de ser desenvolvido por um PTES	
Alteração do Art. 30, 34 e demais necessários do Estatuto e/ou qualquer legislação que trata sobre o assunto.	Mudança do estatuto para permitir a todos os servidores da Unemat, inclusive PTES se candidatem a esses cargos.	Garantindo o direito de todos os servidores concorrerem a esses cargos com isonomia.	5.13. Possibilidade de todos servidores da carreira da Unemat, com titulação mínima de mestre se candidatarem aos cargos de Reitor e Vice-Reitor	
Regulamentação e aprovação pelos conselhos	Aproveitar a grande qualificação do corpo técnico da Universidade na gestão. Obs. Pró-reitores deverão ter titulação mínima de Graduado	Garantir a participação dos PTES na gestão, principalmente nas pró-reitorias com perfil mais técnico.	5.14. Nomeação dos pró-reitores, docentes nas pró-reitorias fins, (ensino, assuntos estudantis, pesquisa e extensão) e nas pró-reitorias meio, indicação de PTES	
Alteração do organograma.	Realizar essa alteração imediatamente, possibilitando assim a diminuição nos gastos em folha, com contratos para substituição desses docentes que estão na gestão e melhorando a qualidade do ensino, pesquisa e extensão.	Para possibilitar aos docentes que ocupam esses cargos atualmente, realizarem seus projetos de pesquisa e extensão, além das atividades de ensino com a qualidade que possuem.	5.15. Todas as assessorias, supervisões e diretorias, ligadas as pró-reitorias, sejam ocupadas por PTES	
Regulamentação e aprovação pelos conselhos	Implantação em até 2 anos, após estudos e análise da viabilidade	Colocar os servidores melhores capacitados e com perfil mais adequado para realizar as funções dentro das pró-reitorias.	5.16. Fazer um estudo de ocupação das funções das pró-reitorias, a fim de determinar quem ocupará cada uma das funções, com qual perfil e capacidade técnica	
Criação de uma comissão que fará a junção de todas as atribuições levantadas e elaborará o funcionograma..	Criação imediata de uma comissão.	Para que tanto a gestão, quando os servidores tenham muito claro suas atribuições.	5.17. Elaboração de um funcionograma técnico, a partir do levantamento das atribuições executadas por cada servidor, que	

deve ser contrastada com as atribuições previstas em concurso, com o levantamento feito por cada servidor.			
5.18. Elaboração de um lotacionograma técnico.	Para definição da lotação mínima para cada unidade, respeitando a estrutura organizacional estabelecida no organograma. E no momento da criação de novos cursos e estruturas, esse lotacionograma seja seguido e respeitado.	Criação imediata de uma comissão.	Criação de uma comissão que fará o levantamento e estudo e elaborará o lotacionograma técnico.
5.19. Realizar um estudo de demanda tanto de PTES como de Professores, para garantir junto ao governo do estado concurso público.	O concurso proporciona um quadro de servidores qualificados e engajados em prestar serviços de qualidade com eficiência e eficácia	Implementação para 2018	Buscar junto ao governo do estado.
5.20. Possibilitar a realização de concurso público pontual para suprir vagas oriundas de vacância por aposentadoria, morte e/ou exoneração.	Manter um quadro de servidores efetivos, sem a necessidade de realizar grandes concursos	Implantação em até 2 anos, após estudos e análise da viabilidade	Regulamentação e alteração em possíveis legislações
5.21. Manutenção do voto paritário em todos os processos eleitorais da instituição. (33% cada segmento)	Garantir a participação e o direito de decisão de todos os segmentos.	Não se faz necessário alterações.	Não se faz necessário alterações.
5.22. Mudanças nas Diretorias. DPPF passando a ser DPP (Diretor Político e Pedagógico). DURA passando a ser DAF (Diretor Administrativo e Financeiro).	O DPP, ficará responsável pela parte política e pedagógica do campus e toda a parte administrativa e financeira será gerida pelo DAF.	Aplicação para as próximas eleições.	Alteração da legislação que trata sobre o assunto, adequando à nova situação.
5.23. Mandato de 04 anos para Diretor Administrativo, sem reeleição.	Visando um mandato com tempo mais adequado para um planejamento administrativo e sua execução.	Aplicação nas próximas eleições.	A eleição para a DURA, deverá ser concomitante com eleição de Reitor e DPPF, porém em separado (não em chapa)
5.24. Mandato de 02 anos para Diretor Político Pedagógico Financeiro, com reeleição.	Visando adequar o tempo de mandato ao do DURA.	Aplicação nas próximas eleições.	A eleição para a DPPF, deverá ser concomitante com eleição de Reitor e DURA, porém em separado (não em chapa)

5.25. Criação de políticas de controle das atividades do servidor	Vide item c1, do Eixo Gestão / Políticas de Qualidade de Vida e Valorização Profissional do Servidor	Implantação em até 2 anos, após estudos e análise da viabilidade	Regulamentação e aprovação pelos conselhos
5.26. Criação de um fundo de investimento fixo em infraestrutura (5% do total de repasse anual da universidade)	Para realização de obras de infraestrutura e investimentos nos campus.	A iniciar-se no próximo ano.	Reservando para este fundo 2% de cada repasse feito à Unemat.
5.27. Criar políticas de atualização e modernização de toda infraestrutura da universidade	Vide item d1, do Eixo Gestão / Infraestrutura	Implantação em até 2 anos, após estudos e análise da viabilidade	Regulamentação e aprovação pelos conselhos
5.28. Criação de equipe multiprofissional nos campi visando a qualidade de vida e valorização da comunidade acadêmica: docentes, PTES e discentes.	A equipe realizará um acompanhamento voltado para a assistência social, de fatores que influenciam na qualidade de vida da comunidade acadêmica.	A partir da criação das equipes e normatização das mesmas.	Regulamentando a criação e atuação das equipes.
5.29. Criação de infraestrutura para prática esportiva em todos os campi	Para incentivar a prática esportiva nos campus de toda a comunidade acadêmica, melhorando assim a qualidade de vida.	Assim que houver recursos suficientes para a criação dessas estruturas.	Realizando um planejamento baseado no fundo de investimentos de infraestrutura
5.30. Aprimorar formar de controle fiscal da Gestão.	Criar Programa Universidade Transparente, onde todos os atos da gestão, por campus, devem estar publicados (Plano Orçamentário Anual, licitações, recursos recebidos e seu uso, etc.)	Implementação em 1 ano	Criar um site (página) de transparência da Universidade, para dar publicidade aos atos da gestão.
5.31. Modernização e adequação dos espaços da Universidade	Melhorar a infraestrutura de armazenamento e conservação de documentos visando maximizar o uso dos espaços e agilidade no acesso de informações. Criar mecanismos de adequação da infraestrutura dos laboratórios visando atender o avanço das demandas nas áreas de ensino,	Criação imediata de uma comissão permanente com profissionais de várias áreas para fazer avaliação e planejamento constante.	Análise e planejamento da necessidade de cada espaço (setor) para a aquisição de equipamentos e mobiliários, adequando-o ao fim que se propõe

[Handwritten signature]

6. POLÍTICA ESTUDANTIL		pesquisa e extensão.		
				Cercamento de todas as unidades, para controle do acesso de à universidade para garanti segurança patrimonial e da comunidade acadêmica. Implantação de sistemas de segurança contra incêndio, segurança eletrônica (câmeras, alarmes, cartões de acesso),
5.32. Garantir estrutura básica de segurança		Garantir estrutura de segurança de cada unidade da Universidade em relação prevenção de acidentes, e segurança patrimonial e da comunidade acadêmica.	Implementação em 2 ano	Análise das áreas deficitárias e dos Stakeholders. Acordo de cooperação técnica com as instituições que possuem expertise nas áreas deficitárias apontadas.
5.33. Promover o intercâmbio com instituições nacionais e internacionais nas áreas deficitárias da Universidade		Proporcionar o desenvolvimento de novas práticas que já são adotadas por outras instituições, que comprovadamente funcionam.	Implementação em 2 ano	
6.1. Criação de um setor exclusivo para atendimento ao acadêmico nos Campus (no sentido de comunicação, social, apoio, informações)		Analisar o que o aluno necessita para a adaptação no município e no ambiente acadêmico	Implementação em 1 ano	A PRAE qualificar uma equipe em cada câmpus para fazer a acolhida dos ingressantes
6.2. Reformulação e normatização da concessão de auxílios a acadêmicos de forma descentralizada.		Para uma melhor análise e escolha dos candidatos que mais necessitam dos auxílios	Implementação imediata no próximo edital.	Previendo essa forma descentralizada no edital.
6.3. Converter os valores de auxílios alimentação e moradia para bolsas apoio desenvolvendo atividades de pesquisa, ensino e extensão.		Para trazer o acadêmico que pelas regras do auxílio já não pode ter vínculo empregatício, para dentro da universidade, ganhando uma bolsa, onde o valor é maior que do	Implementação imediata no próximo edital.	Previendo essa política no edital.

		auxílio e ainda possibilitar ao acadêmico o desenvolvimento de seu currículo e a vocação dentro do seu curso.			Regulamentação e aprovação pelos conselhos
6.4. Política para fomentar a participação dos acadêmicos nos CA's e DCE's		Visando o envolvimento dos acadêmicos na vida da universidade.		Implantação em até 2 anos, após estudos e análise da viabilidade	Regulamentação e aprovação pelos conselhos
6.5. Volta dos programas Bolsa apoio e monitoria e o aumento das bolsas de extensão, cultura, pesquisa, focco		Aumento do número de estagiários Bolsistas em todos os câmpus. Pois este tipo de fomento proporciona o aluno uma maior dedicação aos estudos e uma maior permanência na universidade		Implantação em até 2 anos, após estudos e análise da viabilidade	Regulamentação e aprovação pelos conselhos
6.6. Construção de Creches Universitárias		Beneficiar centenas de mães acadêmicas, que poderão estar próximas de seus filhos no decorrer das aulas, além de se estender ao corpo docente e administrativo que também poderão utilizar a creche.		Iniciar estudos e análises da viabilidade para implantação em até 4 anos	PRAE/Reitoria viabilizar parcerias com as Prefeituras Municipais para a construção e funcionamento das Creches.
6.7. Criação de um Programa de Apoio Educacional, contemplando o Atendimento Pedagógico e o Atendimento Psicológico		O Atendimento Pedagógico é um conjunto de ações pedagógicas para contribuir com a melhoria do desempenho acadêmico dos discentes, atuando de maneira dialogada com o(a) estudante para realizar o tripé estudar, aprender e pesquisar no ambiente universitário, propiciando a redução dos índices de reprovações, jubilamentos e evasões na UNEMAT. E o Atendimento Psicológico seria um espaço de acolhimento e escuta com o objetivo de refletir sobre a vida acadêmica, as questões afetivas e emocionais que podem ocorrer durante a experiência universitária, além do atendimento breve e encaminhamento para outros serviços, quando necessário.		Iniciar estudos e análises da viabilidade e implantação em até 2 anos	PRAE criar uma Comissão para realizar o estudo e propor a melhor forma de implantar essa política

	<p>6.8. Viabilizar procedimentos licitatórios de maneira a proporcionar o maior desconto no produto final em detrimento do pagamento pela locação, no fornecimento dos serviços de cantina e cópias/impressões.</p>	<p>O desconto em refeições/ lanches e cópias/impressões proporcionará redução dos gastos dos acadêmicos. Além do fato de o valor, depositado na conta única, raramente retornar ao Câmpus.</p>	<p>Implantação imediata, a partir do próximo edital.</p>	<p>Implementação de práticas inovadoras nas Contratações na UNEMAT, buscando inspirações em outras instituições.</p>	
	<p>6.9. Possibilitar a suspensão temporária de bolsas e atividades de bolsas</p>	<p>Permitir ao acadêmico fazer estágios, participar de programas de intercâmbio sem prejuízos das atividades dos projetos e da percepção remuneratória das bolsas</p>	<p>Implantação imediata, a partir do próximo edital.</p>	<p>Criar uma Comissão para realizar o estudo e propor a melhor forma de implantar essa política</p>	
	<p>6.10. Criar Edital de Auxílio Intercâmbio</p>	<p>Viabilizar a realização de intercâmbios, sejam eles entre intercâmpus, nacional ou internacional</p>	<p>Implementação em um prazo máximo de 2 anos.</p>	<p>Criar uma Comissão para realizar o estudo e propor a melhor forma de implantar essa política</p>	
	<p>7.1. Criar políticas de incentivos ao desenvolvimento de parcerias com entes públicos e pessoas físicas e jurídicas de direito privado, bem como comercialização de bens e produtos desenvolvidos no âmbito da universidade.</p>	<p>Para arrecadação de recursos financeiros ou não. Que seja garantido, pelo Estado, o acesso da Universidade a esses recursos financeiros de forma livre e desimpedida.</p>	<p>Implementação em um prazo máximo de 1 ano.</p>	<p>Criando uma comissão para realizar o estudo e propor a melhor forma de institucionalizar essas políticas.</p>	
					<p>Criando uma comissão para realizar o estudo e buscar isso junto ao governo do Estado</p>

7. POLÍTICA DE FINANCIAMENTO

	<p>arrecadação, em 100% do valor arrecadado</p> <p>7.3. Criar leis, normas e regimento permitindo que a fundação receba as taxas e mensalidades de cursos, eventos ofertados pela UNEMAT e serviços prestados pelos laboratórios, retornando ao Campus de origem.</p> <p>7.4. Criar mecanismos de captação de recursos de Compensações Ambientais junto ao Ministério Público</p>	<p>Os recursos oriundos destas taxas e mensalidades devem retornar para o campus e/ou programa de origem das ações.</p> <p>Para investimento em Infraestrutura nos Campus</p>	<p>Implementação em um prazo máximo de 1 ano.</p> <p>Implantação em um prazo máximo de 1 ano.</p>	<p>Criando uma comissão para realizar o estudo e buscar isso junto ao governo do Estado</p> <p>Criando uma comissão para viabilizar a parceria.</p>
--	---	---	---	---

Kozzi Ribeiro Cruz

6. REFERÊNCIAS

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO. Planejamento Estratégico Participativo (PEP): Relatório. Unemat: Cáceres, 2015.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO. Estatuto da Unemat. Resolução N° 002/2012 – CONCUR

UNEMAT. Relatório da Gestão 2002-2010. UNEMAT para todos. Cáceres: Universidade do Estado do Mato Grosso, 2010.

Korun Ribeiro Cruz.



22